

## DONAS DOS SEUS CORPOS, MULHERES DA VIDA: A PROSTITUIÇÃO COMO UMA NOVA NARRATIVA PARA A LIBERDADE SEXUAL

### OWNERS OF THEIR BODIES, WOMEN OF LIFE: A PROSTITUTION AS A NEW NARRATIVE FOR SEXUAL FREEDOM

Fernanda Leonardi Favalessa<sup>1</sup>  
Sabrina Lozer Marin<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho busca, a partir da utilização do Direito na Literatura, compreender o papel da prostituição como uma nova narrativa acerca da sexualidade capaz de gerar empoderamento às mulheres. Evidencia-se, portanto, os diversos papéis que foram relegados a prostituição no mundo e principalmente no Brasil, como por exemplo a narrativa de um mal necessário e a de representação do pecado da luxúria, e a visão da própria prostituta, por meio de Gabriela na obra *Eu, mulher da vida*. Em um primeiro momento, aborda-se a relação entre o Direito e a Literatura, além de brevemente contextualizar a vida da autora da obra. Em seguida, traçou-se um breve histórico acerca da sexualidade feminina, prostituição e as diferentes narrativas que se observam em um contexto político, religioso e social, no mundo e no Brasil, esse a partir do advento da República. Por fim, analisa-se a corrente feminista pró-sexo que, durante a Sex Wars, defendeu a prostituição como forma de empoderamento em conjunto com a obra em análise, resgatando a voz da mulher prostituta.

**Palavras-chave:** *Eu, mulher da vida*; prostituição; sexualidade feminina; indústria do sexo; feminismo;

**Abstract:** The present work seeks, from the use of Law in Literature, to understand the role of prostitution as a new narrative about sexuality capable of generating empowerment for women. It is evident, therefore, the various roles that were relegated to prostitution in the world and especially in Brazil, such as the narrative of a necessary evil and the representation of lust, and the view of the prostitute herself, through Gabriela in the work *Eu, mulher da vida*. At first, the relationship between Law and Literature is approached, besides briefly contextualizing the life of the author. Then, a brief history was traced about female sexuality, prostitution and the different narratives that are observed in a political, religious and social context, in the world and in Brazil, since the advent of the Republic. Finally, we analyze the pro-sex feminist current that, during Sex Wars, defended prostitution as a form of empowerment, along with the work under analysis, rescuing the voice of the prostitute woman.

**Keywords:** *Eu, mulher da vida*; prostitution; female sexuality; sex industry; feminism;

## 1 INTRODUÇÃO

Na pós-modernidade ocidental, que transpira uma ética liberal-burguesa, a incitação da libido, por meio da prostituição, passa a ser observada principalmente por seu caráter sexista. Ainda hoje, a chamada indústria do sexo tem os homens como público principal.

<sup>1</sup> Graduanda em Direito na Faculdade de Direito de Vitória (FDV), em Vitória, Espírito Santo, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3015453371609915>. E-mail: fernanda.leonardi@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Direito na Faculdade de Direito de Vitória (FDV), em Vitória, Espírito Santo, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1440409268340247>. E-mail: sabrinalmarin@hotmail.com

Por estar ligada à sexualidade, a prostituição se torna um dos pontos principais do debate feminista. Dentre as diversas correntes feministas sobre a liberdade sexual da mulher e como a prostituição atua dentro desse contexto, as feministas pró-sexo compreendem que a indústria do sexo como uma possível forma de empoderamento. Assim, a meretriz, como representação de uma mulher que explora sua sexualidade, seria um meio de alcance da plenitude dos direitos sexuais femininos.

Já a obra base do artigo, *Eu, mulher da vida* escrita por Gabriela Silva Leite, apresenta a trajetória de Gabriela dentro da prostituição: desde sua primeira experiência sexual até a luta pela garantia dos direitos contidos na Constituição a ser aplicados a comunidade das prostitutas. O livro apresenta os diversos cenários e visões acerca da prostituição no Brasil, principalmente nas zonas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Inspirando-se a partir de Godoy e Nussbaum, o trabalho busca utilizar da Literatura como reflexo da realidade social a fim de considerar se a prostituição pode ser concebida como uma nova narrativa à liberdade sexual feminina. Nesse sentido, objetiva-se conectar a visão de Gabriela acerca da sua experiência para apontar possíveis caminhos a serem trilhados pelo direito na busca da igualdade sexual feminina.

O trabalho inicia com uma apresentação das noções básicas do Direito e Literatura e narrativismo, além de uma breve contextualização sobre a autora, Gabriela Silva Leite. Em seguida, o terceiro capítulo fará um resgate da percepção histórica e política do contexto brasileiro e mundial até o presente momento. Será feito um breve resgate do caminho trilhado pela construção da sexualidade, bem como as correntes feministas preponderantes em cada época.

Por fim, destaca-se a discussão feminista pró-sexo que aponta como a prostituição pode atuar como uma nova narrativa aos direitos sexuais femininos para gerar empoderamento em paralelo com as vivências que Gabriela narra em seu livro.

## **2 O DIREITO, A LITERATURA E AS NARRATIVAS**

Por décadas, o Direito esteve restrito a uma visão fechada em um conjunto de leis positivadas expressas no ordenamento. Protagonizando, dessa forma, um paradigma de desvalorização de outras ciências, o conhecimento exclusivamente jurídico, colocando-o no topo da pirâmide.

Com o desenvolvimento de estudos mais humanistas do Direito, urge a necessidade da transcendência do Direito com outras ciências humanas, dentre elas a Literatura. Assim, existiu uma aproximação do Direito e Literatura, que ao longo dos anos se manifestou por meio da análise literária dos textos jurídicos, como fonte sociológica ou como construção da história do Direito (LIMA, CHAVES, 2011, p.3).

As principais correntes desse estudo transdisciplinar são: Direito *como* Literatura, Direito *da* Literatura e o Direito *na* Literatura. François Ost (2004, p. 48) apresenta resumidamente sobre cada uma:

Ao lado do direito *da* literatura, que estuda a maneira como a lei e a jurisprudência tratam os fenômenos de escrita literária, distingue-se o direito *como* literatura, que aborda o discurso jurídico com os métodos da análise literária (é a abordagem dominante nos Estados Unidos), e por fim o direito *na* literatura, [...] que se debruça sobre a maneira como a literatura trata questões de justiça e de poder subjacentes à ordem jurídica. (OST, 2004, p. 48, *grifo do autor*)

O presente estudo privilegia a ótica do Direito *na* Literatura, visto que busca, inicialmente, debruçar-se sobre a maneira como a obra “Eu, Mulher da vida”, de Gabriela Leite, retrata a sua situação como prostituta e militante e ainda, auxilia a aproximar e criar uma empatia do leitor com o objeto do estudo. Martha Nussbaum, quando apresentava a característica igualadora do poeta-juiz, apontou como

A capacidade de imaginar vividamente [...] a dor da outra pessoa, de participar dela e de perguntar por sua significação, é um modo poderoso de aprender acerca da realidade humana e adquirir uma motivação para modificá-la (NUSSBAUM, 1997, p. 129, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Além disso, o Direito, assim como a Literatura, também é cerceado por narrativas. Godoy (2008, p.81) apresenta que

O direito seria também performance, explicação, fragmento de estória, ou mesmo toda uma história. [...] Essa narratividade que se encontra implícita na lei e nos problemas de direito, especialmente quando tomadas em sua dimensão cotidiana, expressivamente dolorida e fática, provoca interesse e curiosidade.

<sup>3</sup> No original: “la capacidad de imaginar vívidamente [...] el dolor de otra persona, de participar en él y preguntar por su significación, es un modo poderoso de aprender acerca de la realidad humana y adquirir una motivación para modificarla” (Nussbaum, 1997, p. 129).

Insta nesse momento salientar a importância que a Literatura possui no cenário em que a mulher em situação de prostituição está inserida, isso porque, pouco se fala e se produz sobre essas mulheres, tornando-se esse espaço desconhecido para muitas pessoas.

A princípio, o presente artigo demonstrará as narrativas das prostitutas ao longo dos anos, fazendo uma construção histórica sobre tratamento dado a elas, atrelado aos entendimentos sobre a sexualidade feminina. Assim, mostra-se a íntima ligação que o Direito apresenta com a Literatura no tocante ao narrativismo, pois da mesma forma que na Literatura, o Direito é capaz de apresentar várias Narrativas.

Como dita a cima, a prostituição e o cenário em que essas pessoas então inseridas é pouco conhecido, explorado e estudado, muito pelo receio que as próprias mulheres tem de serem pesquisadas, mas também pelo pré-conceito ligado a sexualidade feminina inserido na sociedade, fazendo com que esse universo não seja analisado de forma crítica. Nesse ponto, a Literatura permite dar voz a essas mulheres, exteriorizando suas angústias e seu cotidiano ao longo da história, o que será feito utilizando-se da biografia, *Eu, mulher da vida* da Gabriela Leite (1992).

Dentro da metodologia de estudo de Direito e Literatura apontada por Karam, não é compreendido como necessário a análise de informações a vida do autor da obra, uma vez que “[...] o texto literário carrega sentidos que escapam às intenções de seu criador, embora atrelado à intencionalidade – no sentido husserliano – e vinculado à visão de mundo da época e da cultura em que foi produzido, seja para confirmá-la, seja para problematizá-la” (Karam, 2018, p. 836). No entanto, levando em consideração que a obra estudada é uma biografia, considerou-se prudente contextualizar o cenário enfrentado pela autora, até mesmo pois percebe-se profunda influência na sua percepção do exercício da prostituição.

Otília, mais conhecida como Gabriela Silva Leite, nasceu em 22 de abril de 1951, em uma família com boas condições financeiras. Otília ingressou na prostituição na década de 1970, sob a alcunha de Gabriela, após ser expulsa de casa por sua mãe, inclusive ressalta que “Entr[ou] na prostituição por rebeldia e desobediência à regra geral das coisas” (Leite, 1992, p. 18). Inicialmente, praticava a prostituição na Boca do Lixo em São Paulo, transitando por um período na zona boêmia de Belo Horizonte, até, por fim, fixar-se na Vila Mimosa no Rio de Janeiro.

Em 2013, Gabriela veio a óbito e, apesar de já não exercer o meretrício, nunca aceitou ser chamada de ex-prostituta, pois acreditava que nunca se deixa de ser prostituta.

Quando me apresentam como ex-prostituta, imediatamente corrijo, dizendo que sou prostituta de coração. As pessoas adoram me chamar de ex-prostituta, chega

ser um cacoete social, e eu sempre tenho que corrigir isso. [...] Ex-prostituta não sou e nunca vou ser. Como um arquiteto nunca deixa de ser arquiteto, um médico nunca deixa de ser médico, mesmo trabalhando em outra atividade sempre vou ser prostituta. O referencial permanece, e o da prostituição é muito amplo. (Leite, 1992, p. 18-19).

Nesse viés, analisa-se a sexualidade feminina e suas diferentes narrativas ao longo da história a partir da ótica da prostituição. Em seguida, aprofunda-se na discussão feminista acerca do papel da prostituição como forma de resignificar a noção da sexualidade feminina e garantir o empoderamento das mulheres. Somando a isso, traz-se a visão da prostituta, por meio do livro de Gabriela Leite.

### **3 A PROSTITUIÇÃO, A SEXUALIDADE FEMININA E SUAS DIFERENTES NARRATIVAS AO LONGO DA HISTÓRIA**

Em primeiro lugar, é preciso diferenciar o sexo da sexualidade para que assim possa ser analisado o desenvolvimento do mercado do sexo. Sucintamente, o sexo é ligado a condições biológicas e físicas. Já a sexualidade será o sexo inserido socialmente, ou seja, é uma identidade escolhida ou designada pelo psicológico como a expressão do desejo sexual (Hawkes, 1999, p. 8). Villela e Arilha (2003) compreendem a sexualidade como uma conjunção de ideias e fantasias feita pela própria pessoa, a partir da sua cultura e desejo sexual.

Nas antigas civilizações, não havia a mesma compreensão do corpo que se tem atualmente, de forma que somente no século XVII é que se reconhece a existência de dois sexos distintos, em que a mulher tem a função social de exercer a maternidade. A configuração do papel da maternidade às mulheres e, conseqüentemente, a restrição do ato sexual somente para fins reprodutivos levou a uma normatização da sexualidade, “impondo o silenciamento do prazer feminino e a restrição também do exercício da sexualidade feminina fora do casamento” (Guimarães, 2007, p. 24-25).

Kampf (2008, p. 24) aponta que, devido às mudanças discursivas dos séculos XVIII a XIX, surgiram no Ocidente dois sistemas de regras: a Lei da Aliança e a Ordem do desejo. Ambos são frutos tanto da pressão moral, mas principalmente da implementação do próprio modo de produção capitalista.

O dispositivo da aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege, como por exemplo a monogamia

heterossexual; o dispositivo da sexualidade produz uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle; [...] Enfim, se o dispositivo da aliança se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas, o dispositivo da sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome. (Kampf, 2008, p. 24)

Já no século XIX, percebeu-se a medicalização do sexo e da reprodução, transformando tais aspectos da vida cotidiana em objetos da medicina para, assim, assegurar a conformidade (Vieira, 2003, p.13). O século seguinte amplia ainda mais o papel da medicina, que passa a ter um caráter público e social.

Nesse sentido há uma desqualificação do erotismo e, conseqüentemente, “a atividade sexual passa a ser um divisor de águas entre o moral e o amoral [...] [e] a sexualidade, portanto, toma forma de reguladora de comportamentos e atitudes sociais” (Guimarães, 2007, p. 25). Com a introdução da pílula anticoncepcional e os avanços no controle contraceptivo, desassocia-se o ato sexual da procriação, possibilitando a separação da função social feminina da ideia de maternidade.

O meretrício diversas vezes durante a história foi contraposto ao papel da mulher como mãe, como procriadora, e, por isso, até hoje, as prostitutas e as outras trabalhadoras do sexo sofrem discriminação por sua ocupação. No entanto, em seu surgimento, a prostituta desempenhava um papel de extrema importância, sendo as mulheres que a praticavam adoradas e respeitadas.

Desde a Antiguidade, nas tribos que adoravam a fecundidade, a prostituição era uma forma de conexão entre a comunidade e a divindade. O uso de representações de relações sexuais da mesma maneira servia como forma da sociedade professar e comunicar-se com as suas crenças.

Porém, essas tribos acabaram ao longo da história sendo invadidas por outras que, tendo deuses homens, não compreendiam o culto à fecundidade da mesma forma, o que levou a perda do papel da prostituta como elo entre o homem e a divindade. Na Grécia, por exemplo, passou a coexistir, assim, duas “prostituições”: a realizada nos templos, que era sagrada e respeitada, e a que ocorria fora dos templos, considerada profana e praticada por escravas (Freitas, 1966, p.9-10).

No entanto, com o avanço do Cristianismo, houve uma repressão da adoração às deusas femininas e de qualquer ato a ela relacionado. A relação sexual então somente deveria ocorrer com propósito de reprodução e as prostitutas passaram a ser caçadas.

Deve-se destacar inclusive o papel social que o medo do inferno, atribuído a quem cometia pecados, tinha na sociedade medieval, a partir do discurso da Igreja Católica, predominante na Europa a época (MAZIOLI, 2019, p. 23). Dessa forma, a associação das prostitutas com o pecado

da luxúria, proclamado um dos piores pecados ao lado do orgulho, estigmatizava tanto a mulher que se prostituía como o leigo que consumia da prostituição.

Com o passar do tempo, a Igreja Católica passou a incentivar a prática da prostituição sob a justificativa de ser essencial para manter a honra das outras mulheres, funcionando as prostitutas como remédio ao impulso sexual masculino e, assim, um mal necessário. Nesse sentido, “De agora em diante, as prostitutas seriam especificamente identificadas com a luxúria miserável da carne; a prostituta era encarada como uma espécie de dreno, existindo para eliminar o efluente sexual que impedia os homens de se elevar ao nível de Deus” (Roberts, 1998, p.86).

Com a ascensão da burguesia, esta passou a administrar as casas de prostituição no lugar do Estado, o que levou a uma perda da autonomia das prostitutas em busca de maior geração de lucro. Além disso, a restrição da mulher a vida privada e aos cuidados domésticos acabou levando ao surgimento das chamadas profissionais do sexo de alta classe, “especialistas em realizar as necessidades sexuais e sociais dos homens que deixavam suas esposas em casa” (Guimarães, 2007, p. 44-45).

A Reforma Protestante ao trazer uma nova moralidade sexual, extremamente repressiva e ortodoxa, levou a uma nova “caça às prostitutas”, já que não estavam inseridas nos moldes matrimoniais.

Inevitavelmente, nas mentes sexualmente paranoicas dos reformadores, a prostituição foi apontada como a fonte da corrupção dos homens; e foi neste contexto que as prostitutas foram convertidas em bodes-expiatórios e perseguidas pelo que na verdade era uma “maioria moral” do Século XVI. (Roberts, 1998, p. 150)

A grande difusão de sífilis na Europa também contribuiu para criar um pretexto de dizimar as prostitutas, que agora além de pecadoras também eram associadas à doenças. Segundo Roberts (1998), o Iluminismo e a Revolução Francesa também mantiveram o discurso de confinamento das mulheres ao lar e à função social da maternidade, endeusando a esposa e rebaixando a prostituta.

Com a Revolução Industrial houve um *boom* da prostituição, pois as mulheres recebiam muito pouco por seu trabalho ou nem empregadas eram. Tendo em vista as condições precárias de sobrevivências as mulheres foram levadas “[...] a se prostituir em troca de favores dos patrões e capatazes, ou como uma forma de obter qualquer tipo de renda [...]” (Guimarães, 2007, p. 48).

Em meados do século XIX, a relação da prostituição com a restrição do papel feminino ao lar continuava tão essencial como foi. Alerta Roberts que “o comércio do sexo e a família

tornaram-se os dois pilares da moralidade vitoriana” (Roberts, 1998, p. 266). Há uma exaltação do casal procriador, assim a sexualidade passa a ser algo da vida privada. No final desse mesmo século, o meretrício tornou-se alvo de repressão, pois, novamente, as mulheres foram responsabilizadas pela disseminação de doenças venéreas, perpetuando-se tal estigma durante todo o século XX e XXI.

Em relação ao Brasil, em tal período, a população brasileira buscou evitar a “degeneração moral” (Maluf; Mott, 2006, p. 371) provocada pela relativização entre público e privado e do abandono da mulher do seu papel de dona de casa.

A representação da família, chefia do casamento e administração dos bens eram confiadas exclusivamente aos maridos pela legislação desse período, de especial destaque o Código Civil de 1916 e o Decreto nº 181, de 24 de Janeiro de 1890. Dessa forma, o sistema jurídico da época legitimava o discurso de inferioridade física e mental da mulher (Maluf; Mott, 2006, p. 379) e, por conta disso, a divisão de papéis dentro da família relegava à esposa a responsabilidade de cuidar da honra e harmonia do casal enquanto o homem era aquele que trazia o sustento do lar.

Nessa época, o sexo era então desejado, legítimo e decente quando praticado no seio familiar. Qualquer relação extraconjugal é um atentado contra o que mais se buscou consolidar: o casamento. A tipificação penal foi um exemplo disso ao elencar crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias. Além disso, também buscou a legislação penal diferenciar penas baseando-se no status da vítima, se prostituta ou “mulher honesta”, quando o crime cometido fosse uma violação do direito de uma mulher.

No entanto, a prostituição em si não era criminalizada. O Brasil possuía desde já uma posição abolicionista, que tolera a prostituição, mas pune atividades correlatas, como proxenetismo e casas de prostituição. O que não significa que ela era aceita socialmente, afinal, no contexto brasileiro, “uma das dificuldades enfrentada por quem se prostitui [é] o peso do estigma que lhe é imposto pelos discursos sociais hegemônicos” (Banuth; Santos, 2016, p.764). A censura causada pela moralidade era influenciada diretamente pelo catolicismo português, ainda forte na consolidação do Brasil como uma República.

Enquanto para a mulher era inaceitável qualquer contato com obras pornográficas ou serviços sexuais, havia também uma repressão aos homens que usufruíam do mercado sexual. Assim, era disseminado fortemente pelo discurso médico que tal estilo de vida implica no surgimento de doenças e problemas sociais, justamente por romper com os ideais morais da época.

Os homens, por sua vez, deveriam evitar o estilo de vida celibatário, quer dizer, o cotidiano de bailes, festas e de namoros efêmeros. Esse tipo de comportamento não representava apenas uma recusa aos ideais do casamento e da família, como provocava também o crescimento de casos de aborto, infanticídio, prostituição e de doenças sexualmente transmissíveis. Nessa perspectiva médica, o corpo sofria inevitavelmente uma enorme debilidade, tornando-se fraco, impotente e “gasto”. (El Far, 2007, p. 301)

Já em posse do direito de voto, nos anos sessenta surge uma crítica radical ao modelo de feminilidade anterior. Em um panorama mundial, observa-se a mulher abandonar o lar e passar a ocupar ainda mais as indústrias por conta da falta de mão-de-obra masculina ocasionada pelas guerras. No espectro brasileiro, a industrialização e modernização aceleram-se em vista da ditadura militar, desestabilizando a cultura tradicional.

O conceito de família dos anos anteriores sofre transformação: a mulher deixa de ser concebida como quem tem o dever de auxiliar o crescimento de seu marido. Dessa forma, buscou-se nova forma de expressão da feminilidade baseado na recusa radical da mulher passiva (Rago, 1995, p. 22).

Contraopondo-se a ditadura militar, surge uma revolução cultural que se utiliza do sexo como uma forma de protesto juvenil, conjunto com o uso de drogas, inspirado pelo movimento hippie americano. Um expoente dessa revolução cultural foi a chamada pornochanchada, que eram filmes eróticos de produção barata, de “palavreado chulo em meio das fartas transas” (Sternheim, *apud* Lyra, 2007, p.158).

Curiosamente, apesar do papel dentro da revolução sexual, a pornochanchada não era censurada no âmbito nacional. Isso porque

Ao se permitir esse tipo de gênero cinematográfico, o governo minimizava a ação da censura e mantinha, em cartaz, filmes que não questionavam a política ou as ações militares no âmbito nacional. Como as produções possuíam alta lucratividade em período curto de tempo, sua produção foi permitida pela Embrafilme e pelo INC. Até porque o título da maioria dos filmes do gênero tinha intenção mercadológica de chamar o espectador para as salas de cinema, mas não garantia a exposição de nudez. (Gottwald Junior, 2014, p. 159)

Por outro lado, as prostitutas eram severamente reprimidas por meio do poder policial, inclusive destaca-se a política da “Limpeza” ou “Rondão”, em São Paulo, que constituía na limpeza da presença de prostitutas e outros grupos vulneráveis do centro da cidade. Durante a ditadura, as prostitutas não podiam frequentar as ruas após o trabalho, pois eram conduzidas a delegacia e lá

agredidas pelos policiais (Barreto, 2016, p. 216). Nesse sentido, Leite destaca em sua obra, mais a frente aprofundada, que

Logo que assumiu a delegacia da jurisdição das Bocas do Lixo e do Luxo, em São Paulo, o delegado Richetti começou a prender e bater nas pessoas, indiscriminadamente. Era um desequilibrado. Mesmo as mulheres que trabalhavam nos prédios, quando saíam, após o trabalho eram presas e levadas à delegacia, onde apanhavam dos policiais sob a ordem e supervisão desse Richetti. A tortura, que sempre tem o componente de sadismo puro, perverso, resultou na morte de dois travestis e uma mulher, que por sinal estava grávida. (Leite, 1992, p. 85)

Já a Igreja Católica, durante a ditadura, se estruturou principalmente por meio das chamadas pastorais, em que atuava não só na transmissão de ideais cristãos, mas também prestava serviço às comunidades. Houve uma pastoral específica, chamada Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), que buscava combater a prostituição, garantindo alternativas de vida às mulheres em tal situação. Nesse sentido, Skackauskas

a organização da Igreja Católica – Pastoral da Mulher Marginalizada – atualiza as noções em questão, tendo como referência formulações abolicionistas feministas sobre a prostituição, como parte, sobretudo, de um processo incessante de produção de si para o “resgate” e a “libertação” das prostitutas (Skackauskas, 2017, p. 68)

Em seu começo, a PMM carregava ainda um forte preconceito da prostituição como um pecado individual. Com o passar do tempo, houve uma superação dessa concepção, de forma que, apoiada até por uma visão marxista, a prostituição passou a ser compreendida como advinda da estrutura política e econômica do país (Barreto, 2016, p. 220). De forma crítica, Leite aponta que

Mas [a Pastoral] resvala para a visão simplista do marxismo: é obra do capitalismo selvagem, o grande demônio “real”. [...] Então a prostituta tem que ser levada para o caminho do amor e da vida preparando-a para o dia em que o socialismo estiver implantado nesse país. (Leite, 1992, p. 116)

Portanto, o tratamento da prostituta dentro das Pastorais católicas buscava sempre a “redenção” dessa mulher por meio do seu afastamento do mundo da prostituição, sem cuidar de analisar de fato quais eram as necessidades daquelas mulheres e saná-las.

Com a democratização, a prostituição passou a ser cada vez mais debatida, conseguindo diversas conquistas políticas. Em junho de 1987, no Rio de Janeiro, houve o Encontro Nacional das Prostitutas e a criação da Rede Nacional de Prostitutas, em que houve ampla discussão sobre reforma legal do tratamento da prostituição, os programas de saúde e a dignidade da prostituta. Em apenas nove anos, a Rede já contava com quatorze associações em todo o Brasil (Brasil, 1996, p. 13).

No ano de 2002, passou a fazer parte da lista de profissões da Classificação Brasileira de Ocupações. Em 2012, o projeto de lei n. 4211 do Deputado Federal Jean Wyllys vai à apreciação buscando a regulamentação da profissão de prostituta.

Em relação à imagem da prostituta no imaginário social, em primeiro lugar, deve-se levar em consideração a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) nos anos 80. Enquanto historicamente sempre houve uma associação entre a prostituição e a transmissão das infecções sexualmente transmissíveis (IST), como a sífilis e a gonorreia, o surto da AIDS, talvez por não ter cura, levou a uma extrema estigmatização desse grupo. Destaca-se ainda que

Nesse sentido temos uma população apta a se proteger, mas que encontra grandes dificuldades de operacionalizar essa proteção, seja em função das resistências dos clientes, que chegam a oferecer o dobro ou mais do valor do programa para se livrar da camisinha, seja devido à presença de tantos outros riscos, bem mais visíveis e concretos, que fazem com que a AIDS se torne apenas um perigo a mais no cotidiano desta comunidade. (Brasil, 1996, p. 20)

Curiosamente, ao mesmo tempo em que há essa estigmatização das prostitutas, o trabalho de prevenção teve de incluir e adequar o seu discurso para os grupos minoritários afetados. Nesse sentido

Parece bobo distribuir camisinha e ensinar a usar, mas na nossa sociedade isso causa uma revolução, porque para funcionar tem que ser na linguagem do grupo com quem você trabalha. Isso envolve o saber, a prática sexual, a cultura específica e todo o resto. E a simples menção disso dá uma existência oficial a grupos que, até então, não tinham. Eram ignorados, estigmatizados, e agora, por causa de uma doença, precisam ser considerados pelos programas oficiais. (Leite, 1992, p. 148)

A sexualidade por ser intrinsecamente ligada à indústria do sexo é o ponto-chave de compreensão do mecanismo ideológico que acerca a questão da pornografia e da prostituição

atualmente. Nesse sentido, cabe explorar o debate feminista acerca do tema a partir de uma das principais correntes formadas na chamada *Sex Wars*, chamada de feminismo pró-sexo.

#### 4 O FEMINISMO E A MULHER DA VIDA

No contexto atual ocidental, ao se tratar sobre prostituição é essencial destacar o caráter sexista na indústria do sexo, uma vez que a maior parte de quem trabalha com o meretrício é feminina e, principalmente, a maior parte do público é composta por homens. Por sua vez, o feminismo, enquanto método científico, explora a sexualidade como norte de suas discussões. A prostituição então, por estar intrinsecamente ligada a sexualidade, também foi alvo do debate feminista.

Em um primeiro momento, a discussão feminista preocupou-se com a coerção econômica que fazia a mulher se sujeitar a prostituição. No entanto, nas décadas de 70 e 80 nos Estados Unidos, as feministas se dividiram em dois grupos distintos: as feministas pró-sexo e as anti-pornografia, ou puritanas sociais.

Tal debate ocorreu enquanto havia uma repressão por parte dos grupos religiosos que não só condenavam a sexualidade, mas também buscava incentivar o retorno da mulher a esfera privada e, ainda, ocorria por meio da expansão da cultura hippie uma revolução cultural. Em meio a essa dicotomia que a sociedade americana enfrentava, as feministas também diferiam sobre como a sexualidade feminina estava inserida dentro da estrutura patriarcal e, portanto, como deveria ser entendido e tratado o meretrício.

Tendo em vista que o presente estudo busca tratar sobre a prostituição como uma narrativa à sexualidade feminina, nota-se que a corrente pró-sexo se aproxima mais desse viés. Portanto, será tratada superficialmente a corrente feminista anti-pornografia para compreender as críticas realizadas.

As feministas puritano-sociais foram fortemente inspiradas pela política americana do *New Right* e pelo movimento lésbico, de forma que defendiam a restrição do espaço sexual feminino. Para Vance (1984, p. 1), tais teóricas são extremamente protecionistas, ao ponto que entendem que é necessário afastar a mulher da luxúria masculina, silenciando a sua própria sexualidade.

Dentre as principais autoras do puritanismo social, é possível perceber pontos em comum: a indústria do sexo degrada a mulher enquanto contribui no processo de objetificação; que o mercado do sexo impulsiona a violência contra mulher; e que a prostituição em si é uma violência, não só porque as mulheres são coagidas a tal trabalho, mas porque as trabalhadoras do sexo não seriam capazes de dar verdadeiramente seu consentimento nas práticas sexuais (McElroy, 1997, s/p). Além disso, as puritanas-sociais relegavam ao Estado o papel de censurar a prostituição, sendo esse o único caminho apontado por essas para solucionar a violência praticada contra as mulheres pelo mercado do sexo.

O que marca a diferença com a corrente adotada nessa pesquisa é que as feministas pró-sexo compreendem que a sexualidade pode ser um mecanismo de empoderamento e a meretriz representa justamente a mulher que explora seus direitos sexuais. Não que seja negado o papel opressor que a indústria do sexo e a sexualidade desempenham, mas para essas autoras é possível se utilizar da própria opressão para se libertar.

Uma das teóricas do feminismo pró-sexo é Gayle Rubin, que entende que a sexualidade é produto de uma atividade humana. Dessa forma, ela age conforme sua própria política e têm meios próprios de opressão.

Tal como acontece com outros aspectos comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em qualquer momento e lugar são produtos da atividade humana. Eles estão imbuídos de conflitos de interesse e manobras políticas, deliberada e incidental. Nesse sentido, o sexo é sempre político. (Rubin, 1984, p. 267, tradução nossa)<sup>4</sup>

Há assim uma hierarquização própria em que no mais alto nível situa-se os relacionamentos heterossexuais constituídos por meio do matrimônio com fim reprodutivo. Ocupar as altas ordens significava maiores benefícios sociais de forma que os "Indivíduos cujo comportamento é alto nesta hierarquia são recompensados com certificada saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, apoio institucional e benefícios materiais"

---

<sup>4</sup> Original: "As with other aspects of human behavior, the concrete institutional forms of sexuality at any given time and place are products of human activity. They are imbued with conflicts of interest and political maneuvering, both deliberate and incidental. In that sense, sex is always political." (Rubin, 1984, p. 267)

(Rubin, 1984, p. 279, tradução nossa)<sup>5</sup>. Isso acaba por nutrir um desejo de ascensão naqueles que estão em um nível hierarquicamente inferior e, portanto, não gozam de todos esses benefícios.

Em relação a esse desejo de enquadrar-se no topo da ordem da moral sexual, Gabriele Leite, em seu livro, destaca que o cafetão é tratado como marido na zona, pois o homem cafetão cria a fantasia de cuidado e carinho, suprimindo a fantasia de mulher casada da prostituta (1992, p. 57). Afinal, “Isso tem alguma semelhança com o casamento tradicional. Reproduz uma situação em que a prostituta gostaria de estar. Uma situação idealizada, é claro” (Leite, 1992, p. 58).

Já na base do sistema, vê-se aqueles que divergem da moral sexual, transgredindo os limites impostos socialmente, como as trabalhadoras do sexo. Inversamente aos benefícios garantidos aos que ocupam os altos níveis, aqueles que se situam nas baixas ordens encontram inúmeras adversidades (Rubin, 1984, p. 279). Por exemplo, no âmbito econômico, as penalidades são a discriminação encontrada no mercado de trabalho, o que gera trabalhos de baixo status e baixos salários.

Outras adversidades são encontradas em diversos níveis da vida cotidiana, como dificuldade com os vizinhos e até mesmo de conseguir alguma habitação. “Eles têm menos proteção de comportamentos inescrupulosos ou criminosos, menos acesso à proteção policial e menos recurso aos tribunais. Lidar com instituições - hospitais, policiais, [...], funcionários públicos – é mais difícil.” (Rubin, 1984, p. 293, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Na obra de Gabriela, é possível depreender as diversas adversidades enfrentadas pelas prostitutas, como a impossibilidade de criar uma associação de prostitutas para defender a regularização do bairro (Leite, 1992, p. 133) e de conseguir atendimento médico de boa qualidade, pois “A discriminação, nesses lugares, é feita pelos atendentes, enfermeiras, pessoas de origem pobre, que curiosamente incorporam o que há de pior na mentalidade da classe média. Tornam-se verdadeiros algozes. Mas há também discriminação pelos próprios médicos” (Leite, 1992, p. 145).

No que tange a questão habitacional, Gabriela, por conta de sua vivência em diversas zonas do país, aponta que

---

<sup>5</sup> Original: “*Individuals whose behavior stands high in this hierarchy are rewarded with certified mental health, respectability, legality, social and physical mobility, institutional support, and material benefits.*” (Rubin, 1984, p. 279)

<sup>6</sup> Original: “[...] *they have less protection from unscrupulous or criminal behavior, less access to police protection, and less recourse to the courts. Dealings with institutions and bureaucracies - hospitals, police, coroners, banks, public officials - are more difficult.*” (Rubin, 1984, p. 293)

Existe uma característica interessante em todas as zonas brasileiras: estão fixadas no bairro histórico da cidade. As casas estão caindo aos pedaços, e essa falta de manutenção do viver clandestino que é introjetado assim: as prostitutas só podem viver na coisa ruim, então cuidam mal do lugar onde trabalham. Além disso, há motivos socioeconômicos e sociais bem concretos: a prostituição ocupa, em princípio, áreas desvalorizadas. E a zona não pode ficar em lugares de grande circulação de “pessoas” de bem. (Leite, 1992, p. 126)

Ressalva-se que, da mesma forma que existem diversos níveis dentro da moral sexual, também há uma hierarquia dentro da prostituição, que vai desde acompanhantes de luxo até o *Vintão*. No caso de Gabriela, durante seu exercício na prostituição, em grande parte esteve na zona da Boca do Lixo, em São Paulo, e na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro. Destaca assim que “Cada classe tem sua área de prostituição. A baixa prostituição, que conheço bem, sobrevive do trabalhador braçal e operário” (Leite, 1992, p. 126).

A diferença entre as diversas áreas de prostituição vai além da classe dos clientes, mas do modo como as próprias prostitutas são abordadas, o que inclusive levou Gabriela a desistir de trabalhar em Copacabana pois “[...] não era o tipo de mulher para esses lugares e não gostava de ter mão-de-obra para pegar cliente [...]” (Leite, 1992, p. 68). Além disso, em cada zona, um certo padrão pode ser percebido, como por exemplo a faixa etária das prostitutas pois “Em Copacabana, por exemplo, com 30 anos já não dá mais para trabalhar, enquanto no Mangue você encontra mulheres de 60 anos” (Leite, 1992, p. 76).

Outro nome de destaque no campo do feminismo pró-sexo é Paul B. Preciado. Utilizando-se de uma visão foucaultiana, Preciado compreende a diferenciação sexual, por meio da sexopolítica.

O sexo (os órgãos sexuais, a capacidade de reprodução, os papéis sexuais nas disciplinas modernas...) é o correlato do capital. A sexopolítica não pode se restringir à regulação das condições de reprodução da vida, nem aos processos biológicos que “interessam à população”. O corpo hétero (straight) é o produto de uma divisão do trabalho da carne segundo a qual cada órgão é definido por sua função. Toda sexualidade implica sempre uma territorialização precisa da boca, da vagina, do ânus. Deste modo, o pensamento heterocentrado assegura o vínculo estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos como órgãos sexuais e reprodutores. Capitalismo sexual e sexo do capitalismo. O sexo do ser vivo se converte em um objeto central da política e da governabilidade. (Preciado, 2011, p. 12)

A indústria do sexo nada mais é do que “uma técnica de gestão do espaço público e, mais particularmente, de controle do olhar, da vigilância do corpo excitado ou excitável em um espaço

público” (Preciado, 2008, p. 44, tradução nossa)<sup>7</sup>. A diferenciação provocada pelo mercado do sexo é justamente entre aqueles que podem ter acesso pleno a sua excitação sexual e os que o prazer deve ser controlado e o olhar deve ser protegido.

Para além disso, Preciado destaca que o sexo nada mais é do que uma tecnologia que visa reduzir o corpo a zonas erógenas, de forma que há uma distribuição assimétrica de poder entre homens e mulheres (Preciado, 2014, p. 25). Assim “os papéis e as práticas sexuais, que naturalmente se atribuem aos gêneros masculino e feminino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro” (Preciado, 2014, p. 26), não sendo possível assim uma simetria do corpo.

Gabriela, em sua obra, destaca várias diferenças entre a forma que é exposto o corpo feminino e masculino, principalmente quando aponta a dificuldade dos homens de transparecer as suas fragilidades

Nunca tiveram uma impotência súbita ou temporária, jamais sofreram dificuldades afetivas, de relacionamento, nunca sentiram qualquer insegurança em assuntos de sexo e de amor. Nunca gostam ou desgostam de uma parceira, principalmente as eventuais. [...] Deve ser muito duro encerrar no corpo e no sentimento essa obrigação do homem de ser forte (Leite, 1992, p. 29)

No entanto, ressalva-se que para Gabriela tais diferenças são naturais e não socialmente construídas, como Preciado defende. Isso porque, para Gabriela, “as fantasias sexuais estão num plano muito mais complexo que qualquer teoria ou discurso político, que não entendem e desconhecem esse fator primordial” (Leite, 1992, p. 88).

Ante a conclusão de Preciado de que o sexo e a sexualidade são tecnologias de produção de saber, a maneira mais eficaz para resistir às formas de subjetivação sexo-políticas seria a produção de novas formas de prazer-saber. É necessário então a ascensão de uma ressignificação que coloque em evidência áreas invisibilizadas, o que é nomeado com pós-pornografia. A pós-pornografia

não será nada, mas o nome das diferentes estratégias de crítica e de intervenção na representação que surgirá da reação das revoluções feministas, homossexuais e queer na frente de esses três regimes pornográficos (o museu, o urbano e o cinematográfico) e diante das modernas técnicas sexopolíticas de controle e produção do corpo de prazer, de divisão de espaços privados e público e acesso à visibilidade que estes implantar. [...] A noção de pós-pornografia indica uma

<sup>7</sup> Original: “*la pornografía aparece como una técnica de gestión del espacio público y más particularmente de control de la mirada, de vigilancia del cuerpo excitado o excitable en el espacio público.*” (Preciado, 2008, p. 44)

ruptura epistemológica e política: outra maneira de conhecer e produzir prazer através do olhar, mas também uma nova definição de espaço público e novas formas de habitar a cidade. (Preciado, 2008, p.47)<sup>8</sup>

Nesse sentido, percebe-se que, da mesma forma que Preciado apresenta a cultura homossexual e o sadomasoquismo como contrassexuais, é possível observar que a prostituição de certa forma contribui para a quebra da sexo-política. Isso porque, conforme Gabriela aponta em sua obra, enquanto a prostituição surge por causa da repressão sexual, “Hoje a prostituição incomoda por ser o espaço das transgressões, que expõe algumas idéias [*sic*] de interesse direto para o indivíduo” (Leite, 1992, p. 14).

A curiosidade em relação à prática da prostituição se dá porque possibilita às pessoas que essas entendam sua própria sexualidade (Leite, 1992, p. 172). Esse interesse da sociedade na vida sexual das prostitutas é patente na realidade brasileira, levando em consideração o destaque obtido por Bruna Surfistinha.

Como uma garota de programa, Bruna Surfistinha ganhou grande fama no Brasil por publicar em seu blog detalhes sobre sua vida dentro da prostituição, tendo mais de dez mil visitas mensais no site. Lançou o livro *O doce veneno do escorpião: O diário de uma garota de programa*, que foi *best-seller* no Brasil e deu origem a outros dois livros e à série de televisão da FOX1 *#MeChamaDeBruna* e ao filme *Bruna Surfistinha*, que teve em torno de 2 milhões de espectadores no cinema (Veja, s/p).

Em diversos momentos em seu livro, Gabriela demonstra ter encontrado na prostituição um local de transgressão e de possibilidade de manifestação verdadeira da sexualidade sem as amarras sociais. Nesse sentido, “A prostituição representa o reverso da medalha de todas as questões sexuais da sociedade. Questões que nunca são discutidas como ‘sexo é igual a amor’” (Leite, 1992, p. 15).

Enquanto a prostituição possibilita o defloramento da sexualidade nos mais diversos sentidos, fantasias e orientações, por óbvio, não se pode supor que as prostitutas sejam mais livres em relação aos seus direitos sexuais do que as mulheres que não praticam a prostituição. No

---

<sup>8</sup> Original: “*La pospornografía no será sino el nombre de las diferentes estrategias de crítica y de intervención en la representación que surgirán de la reacción de las revoluciones feminista, homosexuales y queer frente a estos tres regímenes pornográficos (el museístico, el urbano y el cinematográfico) y frente a las técnicas sexopolíticas modernas de control del cuerpo y de la producción de placer, de división de los espacios privados y públicos y del acceso a la visibilidad que estos despliegan. [...] La noción de pospornografía señala una ruptura epistemológica y política: otro modo de conocer y de producir placer a través de la mirada, pero también una nueva definición del espacio público y nuevos modos de habitar la ciudad.*” (Preciado, 2008, p. 47)

entanto, é perceptível em seus discursos que entendem que o mercado do sexo permite a exploração da sexualidade, na medida em que se desvencilha da normatização imposta à maioria das relações sociais.

Em que pesa não ter participado do debate acerca da prostituição dentro da estrutura patriarcal, é válido ressaltar a teoria de Judith Butler. A autora preocupa-se em compreender a formação da subjetividade para além da negação do outro pelo eu, ou seja, do binarismo. Segundo ela, a identidade é construída *no e por meio* do discurso.

Portanto, Butler compreende que o sujeito está sempre em processo, tanto como objeto quanto como ator, e sua identidade está em contínua intervenção e ressignificação. “A pulsão que se volta sobre si mesma torna-se a condição precipitante da formação do sujeito [...] A consciência é o meio pelo qual o sujeito se torna objeto para si mesmo, refletindo sobre si mesmo, estabelecendo a si mesmo como refletivo e reflexivo” (Butler, 2017, p. 21)

A autora compreende que a identidade de gênero deve ser compreendida da mesma forma. O gênero desponta como performatividade, pois faz surgir o que nomeia, assim constituindo-se *na e pela* linguagem. “Se o gênero é um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido, a identidade é constituída pelas próprias expressões que supostamente são seus resultados” (Rocha, 2014, p. 512).

Por todo o exposto, a prostituição enquanto uma narrativa, é capaz de transgredir o tradicional discurso acerca da sexualidade feminina como demonstra Gabriela em seu livro. Para tanto, Preciado em seu discurso defende a potencialização da característica *contrassexual* das práticas sexuais, a se destacar a prostituição, em busca da criação da Pós-pornografia. Sendo gênero uma performatividade, portanto, dependente do discurso, a implementação de uma nova narrativa sobre a sexualidade implica de certa forma o empoderamento das mulheres.

## 5 CONCLUSÃO

A forma como a prostituição é concebida muda conforme o espaço-tempo adotado, visto que é fruto da cultura. As profissionais do sexo atualmente materializam os estigmas sociais, políticos, históricos e ideológicos brasileiros formados por anos da luta entre a sociedade e o movimento feminista. A prostituição e o desenvolvimento da sexualidade estão intrinsecamente ligados.

Na discussão dessa ligação, os debates feministas nos Estados Unidos lançam duas teorias principais sobre a forma de dominação patriarcal da sexualidade por meio da prostituição. A corrente utilizada no presente trabalho é a pró-sexo. Conforme as teorias de Carole Vance e Gayle Rubin, percebe-se que as diversas expressões de sexualidade são organizadas em ordens ou castas, sendo que quão mais inferior seja situada determinada forma de sexualidade, piores serão as reações da sociedade, estigmatizando e impondo penalidades. Preciado irá então defender que as expressões de sexualidade invisibilizadas devem ser evidenciadas por uma ressignificação.

O problema dessas perspectivas é que estão vinculadas com a cultura americana, e não com a brasileira, em que pese a prostituição ser um produto cultural. Para além disso, não houve nessas teorias uma comunicação direta com as mulheres que se prostituíam, o que esse trabalho buscou sanar ao analisar em conjunto com a biografia *Eu, mulher da vida*, de Gabriela Silva Leite.

Para Gabriela, a prostituição é o local de transgressão das normas sociais que reprimem a sexualidade, ou seja, acaba criando uma nova narrativa que subverte a moral sexual, o que Preciado chama de contrassexualidade. Sendo gênero uma performatividade, portanto, dependente do discurso, a implementação de uma nova narrativa sobre a sexualidade implica de certa forma o empoderamento das mulheres.

## REFERÊNCIAS

BANUTH, R.F.; SANTOS, M. A. Vivências de discriminação e resistência de uma prostituta negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v. 36, n. 3, jul./set. 2016.

BARRETO, Leticia Cardoso. Surgimento dos movimentos de prostitutas (1964-1989): ditadura, feminismo, violência e religião. In: RENA, L.C.C.B.; et. al (org.). *A política no cotidiano: contribuições teóricas e práticas da Psicologia Social*. Porto Alegre: ABRAPSO, 2016. p. 198-228.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. *Manual do Multiplicador - Profissional do Sexo*. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. 37 p. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd10\\_11.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd10_11.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. 1 ed. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

D'ABREU, L. C. F. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 592-601. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/13.pdf>>. Acesso em 18 mai. 2019.

EL FAR, Alessandra. Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos “romances para homens” de finais do século XIX e início do XX. In: *Cadernos Pagu*, n. 28, jan-jun, 2007, pp. 285-312. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/13.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

FREITAS, O. Histórico e causas da prostituição. In: FREITAS, O. *A prostituição é necessária?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1966. p. 01-44.

GOTTWALD JUNIOR, Luis Alberto. Pornochanchada ou Filme Histórico? Uma Análise do Erotismo em Iracema: A virgem dos lábios de mel – 1979. *Métis: História & Cultura*. Caxias do Sul, v. 13, n. 26, 2014. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/274>>. Acesso em: 17 mai. 2019.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito & Literatura: ensaio de síntese teórica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008. 130 p.

GUIMARÃES, R. M. *Prostituição: patologia, trabalho, prazer? O discurso de mulheres prostitutas*. 2007. 297f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto: Universidade De São Paulo. Ribeirão Preto. Disponível em: <[https://www.ffclrp.usp.br/imagens\\_defesas/31\\_05\\_2010\\_\\_20\\_24\\_51\\_\\_43.pdf](https://www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/31_05_2010__20_24_51__43.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2019.

HAWKES, G. *A Sociology of Sex and Sexuality*. Buckingham: Open University Press, 1999.

KÄMPF, Rachel. *Para uma estética na pornografia*. 2008. 77 f.; Dissertação (Mestrado) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2008. Disponível em: <[https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/4614/93879\\_Raquel.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/4614/93879_Raquel.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 13 abr. 2019.

KARAM, Henriete. *Questões teóricas e metodológicas do direito na literatura: um percurso analítico-interpretativo a partir do conto Suje-se gordo!*, de Machado de Assis. *Revista Direito GV*, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 827-865, jan. 2018. ISSN 2317-6172. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/73327/70469>>. Acesso em: 08 Jan. 2020.

LEITE, Gabriela Silva. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. 175 p.

LIMA, C. S. S.; CHAVES, G. R. G. Dom Casmurro de Machado de Assis: Uma interface entre Direito e Literatura. *Revista Ética e Filosofia Política*, [S.I.], v. 2, n. 14, p. 151-163, 2012. Disponível: [http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2011/10/14\\_2\\_lima\\_chaves\\_10.pdf](http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2011/10/14_2_lima_chaves_10.pdf). Acesso em: 12 set. 2018.

LYRA, Bernadette. A emergência de gêneros no cinema brasileiro: do primeiro cinema às chanchadas e pornochanchadas. *Conexão – Comunicação e Cultura*, UCS. Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan./ jul. 2007. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/197/188>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: Nicolau Sevcenko (org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAZIOLI, Anny Barcelos. *Corpo, sexo e poder no Livro das Confissões de Martin Pérez*. Vitória: Editora Milfontes, 2019. 214 p.

MCELROY, Wendy. A feminist Defense of Pornography. *Free Inquiry Magazine*, v. 17, n. 4, 1997.

NUSSBAUM, Martha C. *Justicia Poética: La imaginación literária y la vida pública*. Barcelona: Editorial Andrés Bello, 1997. 183 p.

OST, François. *Contar a Lei: As fontes do imaginário jurídico*. Trad.: Paulo Neves. São Leopoldo: Unisinos, 2004. 462 p.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2014. 223 p.

\_\_\_\_\_. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11, jan. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Museo, basura urbana y pornografía. *Zehar*, n. 64, p. 38-67, 2008. Disponível em: <[http://www.cpp.panoramafestival.com/wp-content/uploads/2011/08/BP\\_Museo\\_Basura\\_Urbana\\_y\\_Pornografia\\_Zehar-n-64.pdf](http://www.cpp.panoramafestival.com/wp-content/uploads/2011/08/BP_Museo_Basura_Urbana_y_Pornografia_Zehar-n-64.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2019.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)Modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995/1996. p. 11 – 43.

ROBERTS, N. *As prostitutas na história*. Tradução Whores in History. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1998. 459 p.

ROCHA, Cássio Bruno Araujo. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 43, p. 507-516, Dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000200507&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200507&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jun. 2019.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: Vance, C. (ed.). *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Boston: Routledge, 1984. p. 267-319.

SKACKAUSKAS, Andreia. O benevolente e a “vítima” na prostituição: Poder e violência simbólica em interações entre prostitutas e a Pastoral da Mulher Marginalizada. *Sex., Salud Soc.* Rio de Janeiro, n. 27, p. 66-96, Dec. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sess/n27/1984-6487-sess-27-66.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

VANCE, Carole. Pleasure and Danger: Towards a politics for sexuality. In: Vance, C. (Ed.). *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Boston: Routledge, 1984. p. 1-25.

VEJA. *‘Bruna Surfistinha’ gerou empregos, impostos e atraiu milhões, diz director*. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/bruna-surfistinha-gerou-empregos-impostos-e-atraiu-milhoes-diz-diretor/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

VIEIRA, E. M. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. 84 p.

VILLELA, W.V.; ARILHA, M. Sexualidade, Gênero e Direitos Sexuais e Reprodutivos. In: BERQUÓ, E. (org) *Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 95-149.

